



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

'Capital Nacional da Moda Tricô'

CNPJ: 22.646.525/0001-31

DIRETORIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO,  
CULTURA E LAZER



## TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo nº.....)

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação por PREGAO ELETRONICO por Valor e Lote, para Contratação de empresa especializada para a implementação da Lei da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, onde a empresa contratada, além de gerenciar informações culturais juntamente com o Diretor de Cultura, deverá receber solicitações, validar cadastros, gerenciar fluxos e oferecer suporte aos cidadãos.

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	CATSER	QTE	UNID.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	<p>368.001.027 SERVIÇO DE ASSESSORIA NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI ALDIR BLANC 1</p> <p>Contratação de empresa especializada em prestar assessoria para implementação da Lei Aldir Blanc, incluindo orientações gerais sobre as etapas até a prestação de contas e capacitação dos artistas na elaboração de projetos, gestão e prestação de contas. A prestação do serviço deverá ser feita em formato HÍBRIDO PRESENCIAL/REMOTO.. A empresa deverá:</p> <p>Prestar assessoria ao Departamento de Indústria, Comércio, Turismo, Cultura e Lazer na implementação e gestão da Lei Aldir Blanc, conforme relação abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Prestar assessoria geral nas etapas da lei;</li><li>- Elaborar editais;</li><li>- Facilitar a realização da lei em Monte Sião, no sentido de ter um serviço contratado para orientar todas as etapas da aplicação da PNAB;</li><li>- Capacitação dos artistas na elaboração de projetos, gestão e prestação de contas. A empresa deverá;</li><li>- Orientação sobre oitivas para a implementação do PAAR; - Orientação sobre os fluxos de utilização dos recursos e base de editais locais;</li><li>- Implementação e fortalecimento dos sistemas setoriais do Sistema Municipal de Cultura;</li><li>- Orientação e apoio a busca ativa e interlocução com grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade econômica ou social;</li><li>- Análise de propostas/projetos por equipe de Pareceristas.</li></ul> <p>A prestação do serviço deverá ser feita em formato HÍBRIDO - Presencial e On-line. Os itens apontados correspondem a 1ª FASE da contratação (80% do valor contratado). Dispõe sobre o Plano Anual de Aplicação de Recursos (PAAR), previsto na Lei Federal nº 14.399, de 8 de julho de 2022, que institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), regulamentada pelo Decreto nº 11.740, de 18 de outubro de 2023.</p>	Desenvolvimento de website (Cód. 332)	1	SV	R\$ 8.084,80	R\$ 8.084,80
2	<p>368.001.029 SERVIÇO DE ASSESSORIA NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI ALDIR BLANC (02) 1</p> <p>Contratação de empresa especializada em prestar assessoria para implementação da Lei Aldir Blanc, incluindo orientações gerais sobre as etapas até a prestação de contas.</p> <p>A empresa deverá:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Implementação e fortalecimento dos sistemas setoriais do Sistema Municipal de Cultura;</li><li>- Orientação e apoio a busca ativa e interlocução com grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade econômica ou social;</li><li>- Realização de atividade de formação sobre a Lei e projetos culturais, como oficinas ou minicursos;</li><li>- Análise de propostas/projetos por equipe de Pareceristas;</li><li>- Orientações gerais sobre as etapas até a prestação de contas e capacitação dos artistas na elaboração de projetos, gestão e prestação de contas. projetos, gestão e prestação de contas;</li><li>- Fazer o acompanhamento dos contemplados durante todo o processo e orientações gerais sobre prestação de contas.</li></ul> <p>A prestação do serviço deverá ser feita em formato HÍBRIDO - Presencial e On-line. Os itens apontados correspondem a 2ª FASE da contratação (20% do valor contratado)</p>	Serviço de Assessoria híbrido Remoto/ Presencial	1	SV	R\$ 2.021,20	R\$ 2.021,20





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

‘Capital Nacional da Moda Tricô’

CNPJ: 22.646.525/0001-31

DIRETORIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO,  
CULTURA E LAZER



Dispõe sobre o Plano Anual de Aplicação de Recursos (PAAR), previsto na Lei Federal nº 14.399, de 8 de julho de 2022, que institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), regulamentada pelo Decreto nº 11.740, de 18 de outubro de 2023. Valor R\$10.106,00 ( dez mil cento e seis reais)

O custo estimado da contratação contemplará até 5% do valor global (R\$ 202.124,53) recurso do município, conforme trata a lei Nº14.399 de 08 de julho de 2022 - Política Nacional Aldir Blanc Assim, a estimativa do valor da contratação referente aos custos de mão de obra de assessoria será de , sugere-se ate o valor de 5% , R\$10.106,00 ( dez mil cento e seis reais) sendo pago em duas parcelas iguais . Uma no final na execução do edital do credenciamento dos artistas e implementação das leis de conselho municipal de cultura bem como homologação do mesmo e outra na prestação de contas junto aos favorecidos pela aplicação da lei , tendo como base o custo estimado da contratação contemplará até 5% do valor global (R\$ 202.124,53) recurso do município, conforme trata a lei Nº14.399 de 08 de julho de 2022 - Política Nacional Aldir Blanc Assim, a estimativa do valor da contratação referente aos custos de mão de obra de assessoria será de , sugere-se ate o valor de 5% , R\$10.106,00 ( dez mil cento e seis reais) sendo pago em duas parcelas correspondendo a 80% em sua 1ª Fase e 20% em na 2ª fase conforme solicitação abaixo :

## 368.001.027 SERVIÇO DE ASSESSORIA NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI ALDIR BLANC

### 1ª Fase

Contratação de empresa especializada em prestar assessoria para implementação da Lei Aldir Blanc, incluindo orientações gerais sobre as etapas até a prestação de contas e capacitação dos artistas na elaboração de projetos, gestão e prestação de contas. A prestação do serviço deverá ser feita em formato HÍBRIDO PRESENCIAL/REMOTO.. A empresa deverá:

Prestar assessoria ao Departamento de Indústria, Comércio, Turismo, Cultura e Lazer na implementação e gestão da Lei Aldir Blanc, conforme relação abaixo:

- Prestar assessoria geral nas etapas da lei;
- Elaborar editais;
- Facilitar a realização da lei em Monte Sião, no sentido de ter um serviço contratado para orientar todas as etapas da aplicação da PNAB;
- Capacitação dos artistas na elaboração de projetos, gestão e prestação de contas. A empresa deverá;
- Orientação sobre oitivas para a implementação do PAAR; - Orientação sobre os fluxos de utilização dos recursos e base de editais locais;
- Implementação e fortalecimento dos sistemas setoriais do Sistema Municipal de Cultura;
- Orientação e apoio a busca ativa e interlocução com grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

'Capital Nacional da Moda Tricô'

CNPJ: 22.646.525/0001-31

DIRETORIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO,  
CULTURA E LAZER



1.2. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante no Documento de Formalização de Demanda.

O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

**Os serviços deverão ser prestados durante o tempo previsto por 12 meses, seguindo o cronograma junto a Diretoria de Industria Comercio, Turismo ,Cultura e Lazer.**

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico no Documento de Formalização de Demanda, apêndice deste Termo de Referência.

### 2. JUSTIFICATIVA

2.1. A Lei nº 14.399, de 08 de julho de 2022, institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, baseada na parceria entre a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e a sociedade civil no setor cultural, respeitando a diversidade, democratização e universalização do acesso à cultura no Brasil. Os objetivos dessa política são:

I - Incentivar ações, iniciativas, atividades e projetos culturais através do apoio e fomento da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

II - Garantir financiamento e manutenção de ações, espaços, ambientes e iniciativas artístico-culturais que contribuam para o pleno exercício dos direitos culturais pelos cidadãos brasileiros, fornecendo os meios e insumos necessários para a produção, registro, gestão e difusão cultural;

III - Democratizar o acesso à fruição e produção artística e cultural em todas as regiões, inclusive áreas periféricas urbanas e rurais;

IV - Assegurar o financiamento de ações, projetos, políticas e programas públicos de cultura previstos nos planos de cultura dos Estados, Municípios e Distrito Federal.

A contratação é necessária para orientar as diretrizes da Lei, apoiar estratégias para garantir os benefícios previstos na Lei nº 14.399, elaborar o programa de trabalho a ser desenvolvido pelo município, acompanhar a execução do projeto e finalizar com a prestação de contas, sendo essencial para o desenvolvimento adequado dos trabalhos.

Tendo como base o custo estimado da contratação contemplará até 5% do valor global (R\$ 202.124,53) recurso do município, conforme trata a lei Nº14.399 de 08 de julho de 2022 - Política Nacional Aldir Blanc Assim, a estimativa do valor da contratação referente aos custos de mão de obra de assessoria será de , sugere-se ate o valor de 5% , R\$10.106,00 ( dez mil cento e seis reais) sendo pago em duas parcelas iguais . Uma no final na execução do edital do credenciamento dos artistas e implementação das leis de conselho municipal de cultura bem como homologação do mesmo e outra na prestação de contas junto aos favorecidos pela aplicação da lei .

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADA O CICLO DE VIDA DO OBJETO

A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico no Documento de Formalização de Demanda, apêndice deste Termo de Referência.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

'Capital Nacional da Moda Tricô'

CNPJ: 22.646.525/0001-31

DIRETORIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO,  
CULTURA E LAZER



## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade

4.1. Os critérios de sustentabilidade devem se basear no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

### Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### Vistoria

Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de execução

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 Início da execução do objeto: da emissão da ordem de serviço;

5.1.2 Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

- as ordens de serviço serão emitidas, solicitando à empresa que preste os serviços;
- a empresa manterá a equipe completa, conforme o item requer;
- a empresa deverá manter contato com a CONTRATANTE através dos canais oficiais de comunicação (e-mail e telefones indicados pela Diretoria);
- a empresa não disponibilizará materiais e/ou equipamentos em loco.

5.1.3 Cronograma de realização dos serviços: conforme solicitação do departamento, durante o período de vigência da contratação;

5.1.4 Etapa: a prestação do serviço é de natureza continua, sem interrupção: durante vinte e quatro horas por dia e os sete dias da semana.

### Local e horário da prestação dos serviços

Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

- O serviço relacionado a rede mundial de internet, não cabe indicar um endereço físico, porém o presencial Local e horário da prestação dos serviços

5.2. O serviço presencial da prestação dos serviços serão prestados no seguinte endereço:

Rua Juscelino Kubitschek de Oliveira, 1210 – Centro – CEP 37580-000.

Os serviços serão prestados no seguinte horário: a prestação do serviço é de natureza continua, sem interrupção: durante o vigor do contato, estando o contrato(a) a disposição do município em especial a Diretoria do turismo.

### Rotinas a serem cumpridas

A execução contratual observará as rotinas abaixo:

### Materiais a serem disponibilizados

A empresa não disponibilizará materiais e/ou equipamentos em loco.

Por se tratar da forma de execução principalmente remota, não haverá necessidade de nada especial,

A rotina será da seguinte forma:





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

‘Capital Nacional da Moda Tricô’

CNPJ: 22.646.525/0001-31

DIRETORIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO,  
CULTURA E LAZER



Prestar assessoria ao Departamento de Indústria, Comércio, Turismo, Cultura e Lazer na implementação e gestão da Lei Aldir Blanc, conforme relação abaixo:

- Prestar assessoria geral nas etapas da lei;
- Elaborar editais;
- Facilitar a realização da lei em Monte Sião, no sentido de ter um serviço contratado para orientar todas as etapas da aplicação da PNAB;
- Capacitação dos artistas na elaboração de projetos, gestão e prestação de contas. A empresa deverá;
- Orientação sobre oitivas para a implementação do PAAR; - Orientação sobre os fluxos de utilização dos recursos e base de editais locais;
- Implementação e fortalecimento dos sistemas setoriais do Sistema Municipal de Cultura;
- Orientação e apoio a busca ativa e interlocução com grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade econômica ou social;
- Análise de propostas/projetos por equipe de Pareceristas.

A prestação do serviço deverá ser feita em formato HÍBRIDO - Presencial e On-line.

Os itens apontados correspondem a 1ª FASE da contratação (80% do valor contratado).

Dispõe sobre o Plano Anual de Aplicação de Recursos (PAAR), previsto na Lei Federal nº 14.399, de 8 de julho de 2022, que institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), regulamentada pelo Decreto nº 11.740, de 18 de outubro de 2023.

## 2 368.001.029 SERVIÇO DE ASSESSORIA NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI ALDIR BLANC (02)

### 2ª Fase

Contratação de empresa especializada em prestar assessoria para implementação da Lei Aldir Blanc, incluindo

orientações gerais sobre as etapas até a prestação de contas.

A empresa deverá:

- Implementação e fortalecimento dos sistemas setoriais do Sistema Municipal de Cultura; - Orientação e apoio a busca ativa e interlocução com grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade econômica ou social;
- Realização de atividade de formação sobre a Lei e projetos culturais, como oficinas ou minicursos;
- Análise de propostas/projetos por equipe de Pareceristas;
- Orientações gerais sobre as etapas até a prestação de contas e capacitação dos artistas na elaboração de projetos, gestão e prestação de contas. projetos, gestão e prestação de contas;
- Fazer o acompanhamento dos contemplados durante todo o processo e orientações gerais sobre prestação de







# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

'Capital Nacional da Moda Tricô'

CNPJ: 22.646.525/0001-31

DIRETORIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO,  
CULTURA E LAZER



contas.

A prestação do serviço deverá ser feita em formato HÍBRIDO - Presencial e On-line.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias, mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada não necessita manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

### Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(s) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

### Fiscalização Técnica

#### Fiscal do contrato: Flavio Maia de Godoi

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#));

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

‘Capital Nacional da Moda Tricô’

CNPJ: 22.646.525/0001-31

DIRETORIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO,  
CULTURA E LAZER



6.17.O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

6.18.A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

6.19.Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

6.20.É vedada a atribuição à contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.

6.21.O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

6.22.A conformidade do software/material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

6.23.A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, sendo que na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.24.Para efeito de recebimento pelos serviços, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

6.25.

## Fiscalização Administrativa

6.26.O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.27.Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.28.A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.29.Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.29.1 No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.29.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.29.1.1.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.29.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.29.1.1.3. Exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e





## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

‘Capital Nacional da Moda Tricô’

CNPJ: 22.646.525/0001-31

DIRETORIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO,  
CULTURA E LAZER



6.29.1.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos;

6.29.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.29.1.2.2. Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

6.29.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.29.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.29.1.3. Entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.29.1.3.1. Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;

6.29.1.3.2. Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

6.29.1.3.3. Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.29.1.3.4. Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

6.29.1.3.5. Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

6.29.1.4. Entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

6.29.1.5. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

6.29.1.6. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.29.1.7. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

6.29.1.8. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.29.2 Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.29.1.1 acima deverão ser apresentados.

6.29.3 A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.29.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.29.4 A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

6.29.5 O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

6.29.6 Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

6.29.7 Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

6.29.8 No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Civis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.







## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

‘Capital Nacional da Moda Tricô’

CNPJ: 22.646.525/0001-31

DIRETORIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO,  
CULTURA E LAZER



6.29.9 Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.29.10 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.29.11 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.

6.29.12 O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

6.29.13 A Administração contratante poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

6.29.14 Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

6.29.15 Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

6.29.16 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

6.29.17 Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da Contratada.

6.29.18 O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.29.19 A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.29.20 A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.29.21 Para efeito de recebimento pelos serviços a serem contratados na ata de registro de preços, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

### Gestor do Contrato

6.30.0 gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.31.0 gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.32.0 gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

'Capital Nacional da Moda Tricô'

CNPJ: 22.646.525/0001-31

DIRETORIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO,  
CULTURA E LAZER



6.33.O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.34.O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.35.O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.36.O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto será realizada por meio de relatório do fiscal do contrato definido pelo departamento.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2.1 não produzir os resultados acordados,

7.2.2 deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1 A efetiva prestação do serviço.

### Do recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos pelos fiscais técnico, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#)).

7.6. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. Para efeito de recebimento dos serviços prestados:

7.8.1 O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.9. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.10. A fiscalização não efetuará o ateste da medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas como falha na prestação do serviço ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

7.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.12. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

'Capital Nacional da Moda Tricô'

CNPJ: 22.646.525/0001-31

DIRETORIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO,  
CULTURA E LAZER



administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.13. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.14. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.15. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## Liquidação

7.16. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de vinte dias úteis para fins de liquidação.

7.17. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.18. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.18.1 o prazo de validade;
- 7.18.2 a data da emissão;
- 7.18.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.18.4 o período respectivo de execução do contrato;
- 7.18.5 o valor a pagar; e
- 7.18.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.19. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.20. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.21. A Administração deverá realizar consulta aos sítios eletrônicos oficiais para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.22. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.23. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.24. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.25. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

## Prazo de pagamento

7.26. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até vinte dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

‘Capital Nacional da Moda Tricô’

CNPJ: 22.646.525/0001-31

DIRETORIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO,  
CULTURA E LAZER



7.27. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

### Forma de pagamento

7.28. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.29. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.30. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.30.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.31. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por lote.

Regime de Execução

1.2. O regime de execução do contrato será PREGÃO ELETRÔNICO POR LOTE.

8.1. .

### Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

8.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede.

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;







# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

‘Capital Nacional da Moda Tricô’

CNPJ: 22.646.525/0001-31

DIRETORIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO,  
CULTURA E LAZER



## Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.

8.12. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho;

8.14. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.15. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.16. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.17. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## Qualificação Econômico-Financeira

8.18. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ou de sociedade simples;

8.19. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.20. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.20.1 índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.20.2 patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

8.20.3 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

8.20.4 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.21. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.22. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

## Qualificação Técnica

Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.22.1 A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente em plena validade;







## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

'Capital Nacional da Moda Tricô'

CNPJ: 22.646.525/0001-31

DIRETORIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO,  
CULTURA E LAZER



### Qualificação Técnico-Operacional

8.23. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, **quando for o caso**.

8.24. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.24.1 Comprovação que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;

8.24.2 Comprovação que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;

Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

### Qualificação Técnico-Profissional

Apresentar profissional(s), **abaixo** indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

A Contratada obriga-se a:

7.2. Efetuar a entrega dos objetos em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

7.3. Os objetos devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

7.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.5. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

7.6. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.7. Levar, imediatamente, ao conhecimento do fiscal do contrato do Contratante, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

‘Capital Nacional da Moda Tricô’

CNPJ: 22.646.525/0001-31

DIRETORIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO,  
CULTURA E LAZER



7.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

7.9. Cumprir rigorosamente os prazos estipulados no Edital e seus Anexos.

**7.10. Apresentação de atestados de capacidade técnica acompanhados de contratos e notas fiscais de municípios onde executaram trabalhos iguais ou similares.**

## 8. DA RESCISÃO

8.1 O contrato poderá ser rescindido uni ou bilateralmente, sendo o primeiro caso somente por parte da CONTRATANTE, atendida a conveniência administrativa ou na ocorrência dos motivos elencados no art. 155 da Lei 14.133/2021.

8.24.3 Para o (indicar o profissional): serviços de: (...)

8.24.4 Para o (indicar o profissional): serviços de: (...)

O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração [\(§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021\)](#).

Deve a licitante apresentar relação de compromissos assumidos que importem em diminuição de pessoal técnico.

Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos [incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei](#) em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$10.106,00 ( dez mil cento e seis reais)

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

10.3. As despesas dessa contratação serão suportadas pela dotação orçamentária:

10.4. Programa (número e nome): 0075 – DIVISÃO DA CULTURA

10.5. Ação (número e nome): SERVIÇOS DE ASSESSORIA NA IMPLEMENTAÇÃO DA PNAB

10.6. Ficha (número e nome do elemento): 950, saldo da ficha 20.124,53, ( vinte mil cento e vinte e quatro reais e cinquenta e três centavos) Catec. Econ.: 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. Saldo atual global da conta 01: de R\$ 202.124,53 (Duzentos e dois mil, cento e vinte e quatro reais e cinquenta e três centavos), vinculado a Conta nº: 23799-X, Agência: 2791-X, Banco: Banco do Brasil, de titularidade da Prefeitura do Município de Monte Sião-MG.

10.7. Descrição dos requisitos da potencial contratação (Art. 18, § 1º, III).

CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA PARA A IMPLEMENTAÇÃO E EXECUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

'Capital Nacional da Moda Tricô'

CNPJ: 22.646.525/0001-31

DIRETORIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO,  
CULTURA E LAZER



Os serviços deverão ser prestados durante o tempo previsto por 12 meses, seguindo o cronograma junto a Diretoria de Industria Comercio, Turismo ,Cultura e Lazer .

Monte Sião, 15 de maio de 2024.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável





**PREFEITURA DE MONTE SIÃO**

RUA MAURÍCIO ZUCATO, N 111 - CENTRO - CNPJ: 22.646.525/0001-31

MONTE SIÃO/MG - CEP 37580-000

FONE: (35) 3465 3053



CÓDIGO DE ACESSO

C2D8A098295A403A899DAD28C450FCE1

**VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS**

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://montesiaopmflowdocs.sgpcloud.net:8092/public/assinaturas/C2D8A098295A403A899DAD28C450FCE1>